

Operação Lei Seca intensifica combate à direção sob efeito de álcool e amplia segurança no trânsito

No dia 19 de junho, o Brasil celebra o Dia Nacional da Lei Seca, marco da tolerância zero para a mistura de álcool e direção, oficializado pela Lei nº 15.342/2026. No cenário rondoniense, a fiscalização tornou-se um modelo de sucesso, acumulando resultados positivos históricos — como a redução de 19% nas mortes no trânsito logo em 2013, segundo ano de atuação da operação no estado. **Página 08**



MP amplia atuação de programa para reduzir fila do INSS **Página 04**

A Gazeta

de Rondônia

32 Anos

agazetaderondonia.com.br



Aponte a câmera do seu celular e acesse todo conteúdo na edição online

Ano XXXIII – Nº 5054 - Rondônia, fim de semana, 20, 21 e 22 de Junho de 2026 DIRETOR PRESIDENTE José Erisvaldo dos Santos Sousa Rondônia R\$ 1,50 - outros estados R\$ 3,00

Alta demanda faz SUS ampliar teleatendimento a jogadores compulsivos

Serviço por telefone e videochamadas deve receber R\$ 70 milhões **Página 05**

4

Sancionado piso de R\$ 5.130 para professores da educação básica



Foto: Divulgação

6

Deputado Cirone Deiró alerta sobre grave risco relacionado às unidades de conservação



Foto: Divulgação

Versão Digital
agazetaderondonia.com.br

Inscrições para 6º Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Cacau de Rondônia são prorrogadas até 3 de julho

O prazo de inscrições para o 6º Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Cacau de Rondônia (ConCacau) foi prorrogado até o dia 3 de julho. A medida visa ampliar a participação dos produtores rurais e reforçar ainda mais a cadeia produtiva do cacau no estado. Com a prorrogação do prazo, a expectativa é aumentar o número de participantes e evidenciar ainda mais a qualidade e a sustentabilidade do cacau produzido em Rondônia, demonstrando uma das cadeias produtivas que mais se destacam no estado.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, o concurso tem como objetivo intensificar a qualidade na produção das amêndoas de cacau produzidas no estado, estimular práticas sustentáveis de produção, valorizar os produtores rurais e ampliar a competitividade da cacauicultura rondoniense nos mercados nacional e internacional.

O secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo destacou que, "Rondônia vem se

consolidando como referência nacional na produção de cacau de qualidade. O ConCacau é uma iniciativa que reconhece o trabalho dos produtores, incentiva a adoção de boas práticas e fortalece uma cadeia produtiva que gera emprego, renda e desenvolvimento sustentável para o estado. Com a prorrogação das inscrições, queremos ampliar a participação dos cacauicultores e dar oportunidade para que mais produtores apresentem a excelência do cacau rondoniense".

INSCRIÇÃO

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas, presencialmente nos escritórios locais da Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater-RO), localizados no estado ou online por meio de formulário eletrônico.

Para efetivar a participação, o produtor deverá apresentar uma amostra de 6 quilos de amêndoas fermentadas e secas, além de manter disponível um lote de contraprova de, no mínimo, 20 quilos.



CATEGORIAS

Os participantes poderão inscrever lotes nas seguintes categorias:

Categoria Varietal: lote composto predominantemente por amêndoas provenientes de uma única variedade ou material genético de cacau;

Categoria Mistura: lote composto por amêndoas provenientes da combinação de duas ou mais variedades ou materiais genéticos de cacau.

Para cada lote inscrito deverá ser apresentada uma amo-

tra específica, devidamente identificada e correspondente à respectiva categoria de participação.

ENTREGA DAS AMOSTRAS
A Seagri orienta aos participantes os seguintes cuidados quanto a entrega das amostras:

Entregar amêndoas de cacau devidamente fermentadas e secas;

Apresentar amostra de 6 quilos por lote inscrito;

Identificar corretamente cada amostra conforme a categoria escolhida;

Manter disponível um lote de contraprova de, no mínimo, 20 quilos;

Garantir que o lote inscrito corresponda à amostra apresentada para avaliação.

PREMIAÇÃO

Serão premiados os produtores que obtiverem os melhores resultados nas seguintes modalidades: 1º, 2º e 3º lugares na categoria Mistura; e 1º, 2º e 3º lugares na categoria Varietal.

Texto: Midian Mascarenhas

Fotos: Jéssica Ocampo Secom - Governo de Rondônia

Deputados estaduais aprovam reforço no orçamento da Agero para fiscalização



Os deputados estaduais aprovaram na última quarta-feira (17), em sessão extraordinária, um projeto de lei que autoriza o Poder Execu-

tivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 2.851.647,09, em favor da unidade orçamentária Agên-

cia de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (Agero). Isso, para o orçamento-programa do estado de Rondônia,

para o exercício de 2026.

O recurso tem como objetivo adequar a programação orçamentária da referida unidade, com o objetivo de viabilizar a continuidade das ações de regulação e fiscalização dos serviços sob responsabilidade da Autarquia.

Nesse sentido, os parlamentares se sensibilizaram e a iniciativa vai atender às necessidades administrativas e operacionais da agência, incluindo despesas com serviços administrativos, locação do Prédio-Sede da Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia - Agero e demais contratos vinculados às atividades finalísticas da instituição.

É fundamental destacar que o recurso solici-

tado, no montante de R\$ 2.851.647,09, origina-se do superávit financeiro do exercício de 2025, e contemplará não apenas os servidores da unidade-sede, em Porto Velho, mas também as 13 unidades de Fiscalização dos Transportes Intermunicipais instaladas em Rondônia.

Esse reforço orçamentário na Agero viabilizará a continuidade das ações de fiscalização dos transportes intermunicipais e do saneamento básico em todo o estado de Rondônia, garantindo a manutenção das atividades regulatórias e de fiscalização até o encerramento do exercício financeiro.

Texto e foto: Ivanilson Tolentino | Jornalista Secom ALE/RO

Hospital de Base inicia projeto “Amor em Fotos” e recém-nascidos internados recebem ensaios fotográficos afetivos

Transformar momentos delicados em lembranças repletas de amor e esperança. Com esse propósito, o governo de Rondônia lançou o projeto “Amor em Fotos”, uma iniciativa eterniza, por meio de registros fotográficos profissionais, os primeiros momentos de vida de bebês recém-nascidos internados nas unidades neonatais do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, em Porto Velho.

O projeto, de iniciativa da Secretaria de Estado da Saúde (Sesau), está sendo implantado inicialmente na enfermaria berçário, que atende em média 24 bebês. Desenvolvido pela Gerência de Comunicação da Sesau, o projeto teve início na quarta-feira (17). A equipe responsável pelos registros fotográficos visitará a unidade uma vez por semana para realizar os ensaios.

Para o governador de Rondônia, Marcos Rocha, a iniciativa fortalece os serviços de saúde no estado, com foco no cuidado integral das pessoas. “Temos investido e trabalhado para desenvolver ações que tornem o atendimento ainda mais humanizado e fortaleçam o vínculo entre os pacientes, seus familiares e as equipes de saúde”, evidenciou.

AMOR EM FOTOS

O projeto surgiu a partir da sensibilidade do fotógrafo Pablo Belo, assessor de comunicação da Sesau, com o propósito de eternizar momentos de cuidado, su-

peração e esperança vividos pelas famílias durante o período de internação dos recém-nascidos. Embora seja um momento delicado, a iniciativa busca transformá-lo em uma lembrança afetiva e especial, marcada pelo amor e pela força dessas famílias.

As fotografias serão disponibilizadas gratuitamente em formato digital às famílias, proporcionando uma lembrança afetiva e um gesto de acolhimento durante o período de internação dos bebês. A iniciativa reforça as ações de humanização da assistência, fortalecendo os vínculos familiares e tornando mais leve e especial a experiência vivida pelos pais e responsáveis.

A enfermeira Silvia Helena, que atua no Berçário e no Método Canguru, relatou que a equipe recebeu a iniciativa com entusiasmo. Segundo ela, os profissionais já realizavam alguns registros fotográficos para as famílias, mas a presença de uma equipe dedicada torna esse momento ainda mais especial.

Para a enfermeira, as fotografias contribuem para fortalecer o vínculo afetivo entre a família e o bebê, além de eternizar uma fase marcante da vida. “É uma iniciativa muito bonita, porque ajuda a transformar a experiência da internação em uma lembrança cheia de carinho e significado. Essas imagens registram não apenas o bebê, mas também o amor, a dedicação e a es-



perança que acompanham cada família nesse momento”, destacou.

A paciente Maysa Silva, moradora do município de Pimenta Bueno e mãe da pequena Agatha Sofia, permaneceu internada por cinco dias ao lado da filha, e recebeu com alegria a visita da equipe responsável pelos registros fotográficos. “São fotos que vão guardar para sempre a história da minha filha e tudo o que vivemos nesse período. Ter esse registro é cheio de significado para nossa família”, compartilhou.

A proposta foi institucionalizada pela Gerência de Comunicação da Sesau e recebeu o apoio da direção do Hospital de Base Dr. Ary Pinheiro, passando a integrar as ações de humanização da

unidade por tempo indeterminado.

Para a diretora geral do Hospital de Base, Janayna Gomes, a iniciativa busca evidenciar que o cuidado em saúde vai além dos procedimentos clínicos, valorizando também o aspecto emocional das famílias que vivem momentos delicados dentro do ambiente hospitalar. “Por meio das imagens, o projeto pretende registrar histórias de superação, esperança e amor, reforçando os vínculos familiares e humanizando ainda mais o atendimento prestado”, complementou.

O secretário de Estado da Saúde, Edilton Oliveira, enfatizou que iniciativas como essa contribuem para tornar o ambiente hospitalar mais acolhedor.

“A humanização é um dos pilares da assistência em saúde. O “Amor em Fotos” demonstra que o cuidado também está presente nos pequenos gestos. Ao oferecer essas recordações às famílias, proporcionamos um momento de carinho e acolhimento, fortalecendo os laços afetivos e tornando a experiência hospitalar mais leve e significativa.”

Para a realização dos ensaios fotográficos, as equipes assistenciais atuam em conjunto com os responsáveis pelo projeto, garantindo a segurança dos recém-nascidos durante toda a atividade.

Texto: Daiane Brito

Fotos: Daiane Brito e Pablo Belo

Secom - Governo de Rondônia

EXPEDIENTE

DIRETOR PRESIDENTE

José Erisvaldo dos Santos Sousa
(69) 98504-7977

ADMINISTRATIVO

Said Neves Dourado
(69) 3311-3714

DIAGRAMAÇÃO

Valdinei Rodrigues Carvalho

DEPARTAMENTO COMERCIAL

(69) 3311-3714 - Dulce Salvador

A Gazeta de Rondônia Edição de Jornal EIRELI - Publicações Diárias

CNPJ: 14.515.552/0001-47 - Código ISSN: 2237-9878
Inscrição Estadual: 00000003993213

SEDE

Av. Castelo Branco, 20820 Sala 1 - Bairro Novo Horizonte - Cacoal - Rondônia
(Região Central do Estado) - CEP: 76.962-000 - Fone Geral: (69) 3311-3714

SUCURSAL PORTO VELHO

Rua Açai, 5262 - Eldorado - CEP: 76.806-104 - Contato: 99234-8650

Mídia Distribuidora de Jornais - ME

BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL
E. SIBS. Quadra 02. Conj. B Lote 10

E-mail para matérias informativas:
agazetaderondonia@gmail.com

E-mail para publicações oficiais,
editais, licenças ambientais e outros:
editagalagazeta@gmail.com

Filiado a:

AJD-RO Associação dos Jornais
Diários Impressos do
Estado de Rondônia

Portal de Notícias
agazetaderondoniadigital.com.br



Sancionado piso de R\$ 5.130 para professores da educação básica

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o reajuste do piso salarial dos professores da educação básica para R\$ 5.130,63 em 2026. O valor representa aumento de 5,4%, com ganho real de 1,5 ponto percentual acima da inflação. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira (19) na Lei 15.437, de 2026, que também estabelece uma nova regra para o reajuste anual da categoria.

Pelo novo cálculo, o reajuste anual será a soma do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 50% da média de crescimento real das receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) nos cinco anos anteriores. Principal mecanismo de financiamento da educação pública no Brasil, o fundo repassa recursos a estados e municípios para custear a educação básica.

A lei também fixa limites para as correções futuras. O reajuste não poderá superar



a variação da receita nominal do Fundeb entre os dois anos anteriores, nem ser inferior ao INPC.

A norma tem origem na Medida Provisória (MP) 1.334/2026, posteriormente convertida no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 4/2026. No Senado, o texto foi aprovado em maio, após receber parecer favorável da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) e ser debatido em audiência pública.

Segundo a relatora, estudos indicam que a carência de professores no Brasil de-

corre da baixa atratividade da carreira do magistério. Para ela, o país enfrenta o risco de “apagão” desses profissionais.

“A valorização constitui, portanto, condição necessária para garantir atratividade, permanência e desenvolvimento na carreira docente” afirma a senadora no relatório.

Impacto financeiro

De acordo com nota técnica da Consultoria de Orçamentos do Senado (Conorf), o impacto financeiro da medida será suportado

principalmente por estados, municípios e pelo Distrito Federal. Caso a nova regra seja aplicada por todos os entes federativos, o impacto estimado é de R\$ 6,4 bilhões em 2026.

Terrenos de marinha

A lei também autoriza a prorrogação, até o fim de 2028, do prazo para que a União conclua a identificação de imóveis federais localizados às margens de rios e no litoral. O dispositivo altera o Decreto-Lei 9.760, de 1946, e autoriza a Secretaria do Patrimônio da União a

concluir, até 31 de dezembro de 2028, a identificação dos terrenos marginais dos rios federais navegáveis, dos terrenos de marinha e seus acrescidos.

A medida tem origem na MP 1.332/2025, que perdeu a vigência em 1º de junho. Durante a tramitação da MP 1.334/2026, Professora Dorinha incorporou o dispositivo ao projeto de lei de conversão, a pedido do governo, com o objetivo de evitar a interrupção de processos em andamento.

Fonte: Agência Senado

MP amplia atuação de programa para reduzir fila do INSS



O governo federal editou nesta sexta-feira (19) medida provisória que amplia as atribuições do Programa de Gerenciamento de Benefícios (PGB), voltado à redução das filas de análise de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Perícia Médica Federal.

A MP 1.369/2026 altera a Lei 15.201, de 2025, para incluir entre os objetivos do programa o monitoramento de processos de reconhecimento inicial de direitos e de revisão de benefícios previdenciários e assistenciais que estejam em tramitação

há mais de 30 dias ou com prazo judicial expirado.

Criado para acelerar a análise de processos pendentes no INSS e na Perícia Médica Federal, o programa passa a abranger também o acompanhamento de requerimentos com maior tempo de espera. Segundo o governo, a medida busca reforçar o controle sobre os processos acumulados.

A MP entrou em vigor na data de sua publicação, mas precisa ser aprovada pelo Congresso Nacional em até 120 dias para continuar valendo.

Fonte: Agência Senado

Alta demanda faz SUS ampliar teleatendimento a jogadores compulsivos

O Ministério da Saúde pretende ampliar, ainda este ano, os atendimentos por telefone e por videochamadas para pessoas com problemas relacionados à dependência em jogos de apostas.

Conforme a Agência Brasil apurou, a atual estratégia de teleatendimento será reforçada por meio da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do Sistema Único de Saúde (AgSUS), encarregada de contratar empresas especializadas e, assim, ampliar a assistência gratuita a jogadores compulsivos.

O serviço com foco em jogo de apostas foi inaugurado em março deste ano, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. Após três meses, a iniciativa já tem 6.912 usuários cadastrados.

A ampliação do teleatendimento exigirá cerca de R\$ 70 milhões em investimentos até o fim deste ano e integra o plano de ações de prevenção, qualificação profissional e ampliação do acesso populacional aos serviços da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que o ministério implementou este ano, para incrementar a assistência a pessoas com problemas relacionados a jogos de apostas.

A pasta também vai aplicar R\$ 6 milhões para custear a realização de uma pesquisa nacional inédita para entender como os jogos e apostas afetam a saúde dos brasileiros. O objetivo é descobrir quem são os grupos mais prejudicados e quais são os principais riscos da prática.

Com as informações, o governo terá melhores condições de implementar ações e políticas públicas de atendimento e prevenção no SUS.

Recursos

Parte dos recursos necessários para a execução do plano de ações ministerial virá dos R\$ 45,7 milhões (em

valores não corrigidos) que a pasta recebeu em 2025, a título de destinação social.

O total destinado ao Ministério da Saúde no ano passado corresponde a 1% do Produto da Arrecadação de tributos pagos pelas empresas de apostas e por apostadores.

Em 2025, o Produto da Arrecadação total chegou a R\$ 4,5 bilhões, e foi dividido entre áreas como saúde (1%), educação (10%), turismo (28%), esportes (36%), segurança pública (13,6%), seguridade social (10%) e outras destinações (1,4%), conforme os percentuais estabelecidos na Lei nº 14.790, de 2023.

Pela legislação, todo o dinheiro do Produto da Arrecadação repassado ao Ministério da Saúde deve ser gasto com medidas de prevenção, controle e mitigação de danos sociais advindos da prática de jogos.

Questionado pela reportagem da Agência Brasil se os R\$ 45,7 milhões que recebeu no ano passado cobrem os gastos adicionais com que o SUS tem tido que arcar devido ao eventual aumento da demanda por atendimentos a pessoas com problemas com jogos, o ministério respondeu não conseguir mensurar o custo dos atendimentos específicos, já que estes são prestados junto a outros serviços de média e alta complexidade da Rede de Atenção Psicossocial (Raps) que, só em 2025, custaram aproximadamente R\$ 2,5 bilhões.

Mesmo assim, o ministério assegurou que “a destinação social representa uma fonte relevante de financiamento, complementada com recursos do orçamento próprio da pasta”.

Como acessar

Atualmente, para acessar o serviço de teleatendimento em saúde mental do SUS, o interessado deve



se cadastrar por meio do aplicativo Meu SUS Digital. Depois, para usar o serviço, é preciso baixar o aplicativo, disponível gratuitamente nas lojas Android, iOS ou na versão web, e criar uma conta Gov.br ou usar a já cadastrada.

O Meu SUS Digital também oferece conteúdos informativos sobre sinais de alerta, prevenção e impacto dos jogos na saúde mental.

A plataforma disponibiliza um autoteste validado por especialistas. Se, ao responder o questionário, o usuário alcançar um resultado indicativo de risco moderado ou elevado, será automaticamente encaminhado para o teleatendimento.

Em casos de menor risco, a pessoa será orientada a procurar apoio qualificado em Centros de Atenção Psicossocial (Caps) ou em Unidades Básicas de Saúde (UBS).

A Ouvidoria do SUS está treinada e preparada para orientações sobre o tema. Os profissionais atendem pelo telefone 136, por teleatendimento, via formulário, WhatsApp ou chatbot no

site do Ministério da Saúde. Todas as informações seguem as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Cartilha

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece os problemas com jogos de apostas como um comportamento potencialmente prejudicial à saúde mental, com associação direta à ansiedade, à depressão, a outros comportamentos compulsivos e ao risco aumentado de suicídio e autolesão.

No Brasil, o número de atendimentos pelo SUS de casos de jogo patológico e de mania de jogo e aposta aumentou 104% entre janeiro de 2018 e maio de 2025.

Do total de 10.553 ocorrências atendidas no período, 4.316 foram ambulatoriais e 6.237 na Atenção Primária à Saúde, com alta prevalência entre homens e pessoas entre 20 e 49 anos — ainda que o crescimento do número de casos envolvendo jovens chame a atenção de especialistas.

O problema já suscitou uma série de iniciativas públicas. Em dezembro de 2025,

por exemplo, o governo federal lançou a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, ferramenta que permite aos interessados bloquear o próprio acesso a todos os sites de apostas autorizados a funcionar no país.

Até o fim de maio, mais de meio milhão de pessoas já tinham recorrido à ferramenta.

Em janeiro deste ano, o Ministério da Saúde disponibilizou o Guia de Cuidado para Pessoas com Problemas Relacionados a Jogos de Apostas, com o objetivo de orientar o acolhimento, o acompanhamento e o tratamento de pessoas afetadas por jogos e apostas. O material pode ser acessado no site do ministério.

Nesta sexta-feira (19), o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto (nº 13.033) que visa a reforçar o combate ao mercado ilegal de apostas. Entre outras medidas, o decreto estabelece que o dinheiro confiscado de bets ilegais poderá ser utilizado no combate ao crime organizado.

Fonte: Agência Brasil



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA
AVISO DA LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**

O Município de Cacaulândia/RO, através da pregoeira comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 018/2026 através do portal <https://licitanet.com.br/>. O Edital e seus anexos estão disponíveis para retirada nos sites: <https://licitanet.com.br/> e <https://cacaulandia.ro.gov.br/>, mais informações poderá ser adquirido através do e-mail pregao.cacaulandia@gmail.com, telefone 69 9274-5854; Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de certificados digitais no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), do tipo e-CPF e e-CNPJ, nos modelos A1 e A3, destinados à utilização pela Administração Municipal.; data da realização: às 10h00min do dia 07 de julho de 2026, (Horário de Brasília); valor estimado: R\$ 6.193,59 (seis mil, cento e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos); Critério de julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE; modo de disputa: ABERTO; exclusivo para ME/EPP: SIM.

Cacaulândia/RO, 19 de junho de 2026

**Adrie Aparecida Biazatti Danieletto
Pregoeira**



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MINISTRO ANDREAZZA
LEI DE CRIAÇÃO Nº 372 13/02/92
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/PMMA/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 578/SEMAGRI /2026**

A Prefeitura Municipal de Ministro Andreazza/RO, torna público que se encontra instaurada a licitação, do tipo menor preço por item, a ser realizado no site www.licitanet.com.br, local onde se encontra disponível o Edital para download gratuito. Início da sessão: 02 de julho de 2026, às 09h00min. (Brasília). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA E EQUIPAMENTO AGRÍCOLA. O VALOR ESTIMADO: R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais). Informações pelo telefone 069-3448-2361/69-99226-2378 ou pelo e-mail e site: cpl@ministroandreaazza.ro.gov.br; <https://transparencia.ministroandreaazza.ro.gov.br/portaltransparencia/licitacoes>

Ministro Andreazza/RO, 19 de junho de 2026.

**Cleder de Camargo
Pregoeiro/Agente de Contratação**



**PODER EXECUTIVO
PREFEITURA DO MUNICÍPIO
DE NOVA MAMORÉ
Superintendência de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/PMNM/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1353/
SEMOSP/2026**

A Prefeitura Municipal de Nova Mamoré, por intermédio da Superintendência de Licitações e Contratos – SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar na forma do disposto da Lei 14.133/21 e Decreto Municipal Nº.7899/23. Licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo menor Valor Global, Modo de Disputa: Aberto e Fechado, tendo como objeto a: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para ampliação e revitalização de campo de futebol e execução de pintura predial nas Subprefeituras de Nova Dimensão e Jacynópolis, no município de Nova Mamoré/RO. Tudo em conformidade com PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1353/SEMOSP/2026 e especificações técnicas e condições constantes nos anexos, partes integrantes do instrumento convocatório. O Edital encontra-se à disposição dos interessados neste mesmo endereço, em dias úteis, no horário das 7h:30min. às 15h:00min ou no Portal Transparência do Município <https://transparencia.novamamore.ro.gov.br/transparencia/>. A data para abertura da sessão, eletrônica será dia 06/07/2026 às 10h:00min (Horário de Brasília), na plataforma LICITANET.

O Valor estimado R\$ 372.955,90 (Trezentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

Informações Complementares na Superintendência de Licitações, sito a Avenida Dom Pedro II, nº.7096, Bairro João Francisco Clímaco, segunda a sexta-feira, das 07h30min, às 15h:00min, exceto feriado. CONTATO: (69) 3544-3230 ou 99990-6750, e-mail "cpl@novamamore.ro.gov.br".

Nova Mamoré, 19 de junho de 2026.

**SÍLVIO FERNANDES VILLAR
Agente de Contratação
Portaria nº 133/GP/2026**

**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE VILHENA
AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026/EXCLUSIVO
A Prefeitura de Vilhena, por meio da CL (Decreto nº 66.804/2026), Processo nº 94681/2026/SEMES, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE. Objeto Aquisição de uniformes esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes - SEMES conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos. R\$ 66.996,50 (sessenta e seis mil novecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos). Início da sessão: 03/07/2026 às 09h30min (horário de Brasília). O edital e todos os elementos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura de Vilhena e Licitanet.
Vilhena-RO, 19/06/2026.

CLEIMAR RODRIGUES DE LIMA – PREGOEIRO



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACAULÂNDIA**

**AVISO DE SEGUIMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 254/2025**

O Município de Cacaulândia/RO, por intermédio de sua Agente de Contratação/Pregoeira, comunica aos interessados que, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 7023653-43.2025.8.22.0002, o Pregão Eletrônico nº 040/2025 terá seu regular prosseguimento. Fica designada a retomada da sessão pública para o dia 23 de junho de 2026 (terça-feira), às 10h00min (horário de Brasília), por meio da plataforma LICITANET, ocasião em que serão praticados os atos necessários ao prosseguimento do certame.
Cacaulândia/RO, 19 de junho de 2026.

**ADRIE APARECIDA BIAZATTI DANIELETTO
Agente de Contratação / Pregoeira**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI - RO
Superintendência Municipal
de Licitação – SML
AVISO DE LICITACAO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2026
PROCESSO N. 0001132.25.01-2026**

A Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO através da SML, tonar publico aos interessados, de acordo com a Lei 14.133/21, que realizará licitação de forma ELETRÔNICA, com método de disputa ABERTO, por MENOR PREÇO por LOTE: OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento material permanente (EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MUSICAIS), visando atender as necessidades da SEMUC através do Plano de Ação: 09032026-097305/ 2026, conforme Termo de Referência. Valor Total Estimado R\$ 198.775,18. Data de Abertura: 06 de Julho de 2026, início às 10h00m. (DF). Local para retirada do edital e Endereço Eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/>; Portal Transparência da Prefeitura Municipal e PNCP, qualquer dúvida pode ser feita através do e-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br. Candeias de Jamari – RO, 19 de Junho de 2026.

**RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeira – SML/PMCJ/RO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90016/2026/
TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para download gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: 935002. Processo: 004219/2026 Legislação regente: Lei Federal n. 14.133/2021.

OBJETO: Registro de preços para a aquisição e fornecimento de cadeiras devidamente projetadas para atender critérios ergonômicos, funcionais e estéticos, condições detalhadas no edital.

Data de realização: 02/07/2026, horário: 09h00min (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: R\$988.851,91 (novecentos e oitenta e oito mil oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e um centavos).

**Pregoeiro(a): ADRIANA LARISSA
FREITAS DOS SANTOS**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026/
TCE-RO - AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, grupo único, realizado no site: <https://www.gov.br/compras/pt-br>. O Edital está disponível para download gratuito nesse endereço e no Portal de Transparência do TCE-RO: <https://transparencia.tce.ro.gov.br/transparenciatce/LicitacoesContratos/Licitacoes>.

UASG: 935002. Processo: 008803/2025 Legislação regente: Lei Federal n. 14.133/2021.

OBJETO: Contratação de serviços completos de produção, edição, gravação, transmissão, distribuição digital e finalização de conteúdos audiovisuais de natureza jornalística, institucional, documental, educacional e informativa, sob demanda, condições detalhadas no edital.

Data de realização: 06/07/2026, horário: 09h00min (horário de Brasília-DF).

Valor total estimado: R\$ 622.373,56 (seiscentos e vinte e dois mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos).

**Pregoeiro(a): ADRIANA LARISSA
FREITAS DOS SANTOS**

**A Gazeta
de Rondônia**

**32 Anos
LIGUE
3311-3714**

**Divulgação de Editais,
Pedidos de Licença Ambiental
e outras Publicações Legais**

**A VIDA DE QUEM
PRECISA NÃO
PODE ESPERAR**

Seja um doador de sangue e de medula óssea.
Você tem em suas mãos a oportunidade de salvar vidas.

**DOE SANGUE
E MEDULA ÓSSEA**



Deputado Cirone Deiró alerta sobre grave risco relacionado às unidades de conservação



A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia realizou, nesta quinta-feira (18), uma audiência pública para debater o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Rondônia – ZSEE. O deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil) expressou grande preocupação com o que classificou como uma “grave ameaça a diversos municípios, que poderão sucumbir”.

De acordo com Cirone, em muitas regiões do estado “as pessoas estão desamparadas, inseguras, sem saber como produzir”, disse. “Elas estão muito preocupadas com a ameaça que poderão sofrer numa possível intervenção da Polícia Militar, dos órgãos ambientais, da Sedam, do IBAMA, do ICMBio, retirando essas pessoas de dentro de casa e fazendo com que elas não possam mais produzir em Rondônia”.

O deputado lembrou que “a CPI realizada com esse objetivo, mais de dois anos e meio, já mostrou as

irregularidades. A CPI constatou que essas reservas foram criadas irregularmente”, afirmou. “Agora precisamos dessa união de esforços, de todos os poderes, juntamente com a nossa sociedade de Rondônia – ZSEE. O deputado estadual Cirone Deiró (União Brasil) expressou grande preocupação com o que classificou como uma “grave ameaça a diversos municípios, que poderão sucumbir”.

A audiência foi conduzida pelo presidente da Alerro, deputado Alex Redano, e além dos deputados estaduais, teve a participação de prefeitos, vereadores e lideranças de produtores rurais, além de políticos e especialistas como o ex-ministro Aldo Rebelo, o ex-governador Daniel Pereira e membros da bancada federal de Rondônia, em um plenário completamente lotado por dezenas de convidados.

INSEGURANÇA JURÍDICA
“De acordo com o zoneamento feito em 2000, diversas áreas eram consideradas improdutivas no estado de Rondônia”, afirmou Cirone. Mas hoje, com o avanço da tecnologia, com novos equipamentos e os investimentos em inovação, nós temos áreas consideradas altamente produtivas, mas as pessoas não têm segurança jurídica para produzir nessas áreas, não podem fazer um fomento, porque o zoneamento considera que estão cultivando em áreas ilegais”.

O deputado afirmou também que “agora temos uma fonte de insegurança, que são essas áreas de interesse da União”, alertou. “Se realmente o governo federal determinar, através de decreto, essas áreas que ele localizou como áreas de interesse, vários municípios aqui vão sucumbir”, denunciou Cirone. “Não podemos deixar as coisas acontecerem em Rondônia para só depois começar a fazer audiências e querer buscar uma solução”.

COMPROMISSO
O deputado cobrou uma atitude mais contundente das principais autoridades do

estado. “Não adianta do Brasileiro”. “Muitas dessas pessoas deixaram aqui nessa terra seu suor e seu sangue e hoje estão vivendo com toda essa insegurança, sem saber o que fazer, sem saber como produzir e como fazer o estado desenvolver. Por isso, nós precisamos aqui ter uma união de esforços”, conclamou. Segundo Cirone, as pessoas “precisam ter a confiança que nós teremos um estado capaz de enfrentar os novos desafios. Somos um estado jovem, com 44 anos de existência, onde as pessoas foram estimuladas a vir nas décadas de setenta, oitenta e noventa como o novo “Eldora-

do Brasileiro”. “Muitas dessas pessoas deixaram aqui nessa terra seu suor e seu sangue e hoje estão vivendo com toda essa insegurança, sem saber o que fazer, sem saber como produzir e como fazer o estado desenvolver. Por isso, nós precisamos aqui ter uma união de esforços”, conclamou. Segundo Cirone, as pessoas “precisam ter a confiança que nós teremos um estado capaz de enfrentar os novos desafios. Somos um estado jovem, com 44 anos de existência, onde as pessoas foram estimuladas a vir nas décadas de setenta, oitenta e noventa como o novo “Eldora-

Texto: Assessoria

Parlamentar

Foto: Thyago Lorentz I Secom ALE/RO

ESTADO DE RONDÔNIA		COMARCA DE CACOAL	
2º REGISTRO DE IMÓVEIS DE CACOAL			
Alex Sandro Bortolin Lisboa - Oficial Titular			
<small>Av. Sete de Setembro, 2772 - Bairro Princesa Isabel CEP: 76964-094 - Fone: (69) 3443-3662</small>			
EDITAL DE CITAÇÃO			
Prazo: 15 dias			
Título:	CONTRATO DE VENDA E COMPRA DE IMÓVEL, MÚTUO E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NO SFH - SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO, sob nº 1.4444.1942016-1		
Classe:	NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL		
Notificante:	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF.		
Notificado:	RYAN FONSECA AMPESSAN, CPF ***.436.442-**		
Endereço(s):	Avenida Belo Horizonte, nº 3.887, Apartamento Nº 605, Residencial P, nesta cidade.		
Finalidade:	Na qualidade de Oficial Titular do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cacoal/RO, no âmbito de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 26 da Lei Federal nº 9.514/97, bem como pela Credora, nos termos do Contrato, em epígrafe, garantido por ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, registrado sob nº R-02, da Matrícula nº 755 neste Ofício, com saldo devedor sob responsabilidade de RYAN FONSECA AMPESSAN, venho intimar-lhe, para fins de cumprimento das obrigações contratuais relativas ao (s) encargo (s) do referido contrato.		
	1) Informo ainda, que o valor deste(s) encargo(s), está sujeito à atualização monetária, aos juros de mora e às despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se, também, o(s) encargos(s) que vencer (em) no prazo desta intimação.		
	2) Com fulcro no Art. 26, §4º, da Lei Federal nº 9.514/97, procedo à INTIMAÇÃO de V. Sª, para que se dirija a este 2º Ofício de Registro de Imóveis, situado na Av. Sete de Setembro, 2.772, Bairro: Princesa Isabel, Cacoal-RO, no horário de funcionamento de Segunda-Feira a Sexta-Feira, das 08:00h às 15:00h, onde deverá efetuar a purga do débito do referido contrato, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, contados a partir desta data.		
	3) Nesta oportunidade, fica V. Sª cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ 00.360.305/0001-04 - nos termos do Art. 26 §7º da Lei Federal 9.514/97.		
	Cacoal-RO, 10 de junho de 2026.		
	Alex Sandro Bortolin Lisboa Oficial Titular Assinado eletronicamente.		



Operação Lei Seca intensifica combate à direção sob efeito de álcool e amplia segurança no trânsito

No dia 19 de junho, o Brasil celebra o Dia Nacional da Lei Seca, marco da tolerância zero para a mistura de álcool e direção, oficializado pela Lei nº 15.342/2026. No cenário rondoniense, a fiscalização tornou-se um modelo de sucesso, acumulando resultados positivos históricos — como a redução de 19% nas mortes no trânsito logo em 2013, segundo ano de atuação da operação no estado.

Ações do Departamento Estadual de Trânsito (Detran-RO) têm sido reforçadas para alertar condutores quanto aos cuidados e respeito no trânsito. Nos dias 12 e 13 de junho, agentes

da Diretoria Técnica de Fiscalização e Ações de Trânsito (DTFAT) executaram a “Operação Lei Seca” nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Jarú, Rolim de Moura, Porto Velho e Vilhena, com intuito de coibir condutores que insistem em misturar bebida e direção, contrariando o que diz a Lei 11.705/2008, criada para reduzir os sinistros e mortes no trânsito causados por motoristas alcoolizados.

Qualquer concentração de álcool acima de 0,05 mg/L no ar expirado configura infração administrativa, enquanto 0,34 mg/L ou mais caracteriza crime de trânsito.

DADOS

Nas duas noites em que a ação foi realizada, 1.199 abordagens foram feitas, 120 condutores foram flagrados alcoolizados, sendo que 56 foram conduzidos à Central da Polícia Civil do Estado de Rondônia (PCRO) por crime de embriaguez ao volante. Classificada como infração gravíssima, os artigos 165 e 165-A do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), estabelece penalidade rigorosa para quem dirigir sob a influência de álcool ou drogas, e da recusa em se submeter ao teste para comprovar essa influência:

O valor da multa por

dirigir sob influência de álcool é de R\$ 2.934,70.

Em caso de reincidência no período de 12 meses, o valor da multa dobra, chegando a R\$ 5.869,40.

Além da multa, o condutor flagrado dirigindo alcoolizado está sujeito à suspensão do direito de dirigir por 12 meses, ter sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e veículo recolhidos, e poderá ser responsabilizado criminalmente, com pena de detenção de 6 meses a 3 anos.

INABILITADOS

Outro dado importante é o número de condutores que dirigem sem a Carteira Nacional de Habi-

litação (CNH). Durante as operações foram flagrados 34 inabilitados.

De acordo com o diretor-geral do Detran-RO, Sandro Rocha, a fiscalização ostensiva impede que a irresponsabilidade de alguns condutores resulte em novos sinistros. O diretor-geral pontua ainda, o impacto socioeconômico da fiscalização, que ao reduzir acidentes, o estado diminui a entrada de vítimas graves nos hospitais, combatendo a superlotação nas unidades de pronto-atendimento.

Texto: Jarlana Davy
Fotos: Jarlana Davy Secom - Governo de Rondônia



AMATUR

Compre sua passagem on-line
www.amatur.com.br



+ de **20**
destinos
pela Amazônia

Viaje mais,
viaje de Amatur!